



PARECER JURÍDICO

IDENTIFICAÇÃO:

- **Assessor Jurídico:** Hélio da Costa Marques
- **OAB/SP:** 301102
- **Matrícula:** 1166
- **Câmara Municipal:** Estância Turística de Embu das Artes

ASSUNTO: Análise Jurídica sobre o Projeto de Resolução n.º 15/2025, que dispõe sobre o acréscimo de benefícios a servidores e estagiários da Câmara Municipal.

EMENTA DO PROJETO: O Projeto de Resolução n.º 15/2025 visa acrescentar o § 3º ao Art. 5º e o Art. 5º-A à Resolução 202, de 7 de maio de 2025, instituindo valor para a Cesta Complementar Natalina e um acréscimo no Vale-Refeição para os servidores da Câmara Municipal.

FUNDAMENTAÇÃO E ANÁLISE FAVORÁVEL:

A presente análise sustenta que a adoção do Projeto de Resolução n.º 15/2025 como instrumento normativo é juridicamente adequada, por se enquadrar na competência privativa da Câmara Municipal para dispor sobre sua organização interna e a remuneração de seus próprios servidores e estagiários.

1. **Autonomia do Poder Legislativo Municipal:** A Constituição Federal (*Constituição Federal.pdf*, Art. 2º) estabelece a independência e harmonia entre os Poderes. Em nível municipal, essa autonomia é reforçada pela Lei Orgânica do Município de Embu das Artes (*Lei Orgânica 1/1990*, Art. 11), que atribui à Câmara Municipal o exercício do Poder



Legislativo. Essa autonomia intrínseca permite que o Poder Legislativo Municipal gerencie seus assuntos internos.

2. **Competência Privativa da Câmara Municipal:** A *Lei Orgânica do Município de Embu das Artes/SP*, em seu *Art. 15, inciso XIV*, confere à Câmara Municipal a **competência privativa** para "dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação e transformação de cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observando os parâmetros legais, especialmente a lei de diretrizes orçamentárias". É crucial observar que este dispositivo se refere especificamente à remuneração dos "seus serviços", ou seja, de seu próprio quadro de pessoal, e não dos servidores do Executivo ou da municipalidade em geral, cuja fixação de remuneração exigiria lei com sanção do Prefeito, nos termos do *Art. 14, inciso IX* da mesma Lei Orgânica.
3. **Natureza de "Economia Interna":** O *Regimento Interno da Câmara Municipal da Estância Turística de Embu das Artes (Regimento Interno - Resolucao-199-2014-Embu-das-artes-SP-consolidada.pdf)*, em seu *Art. 115, inciso V*, define que "Projetos de Resolução são destinados a regular assuntos de economia interna da Câmara, de natureza político-administrativa, e versará sobre a Secretaria Administrativa, a Mesa e os Vereadores". O *Art. 123, § 1º, alíneas "e" e "f"*, complementa, incluindo na matéria de Projeto de Resolução a "organização dos serviços administrativos, sem criação de cargos" e "demais atos de economia interna da Câmara".

A concessão de Cesta Complementar Natalina e o acréscimo no Vale-Refeição para os *servidores e estagiários da própria Câmara Municipal* inserem-se diretamente no conceito de "economia interna" e "organização dos serviços administrativos" do Poder Legislativo. Embora gerem impacto financeiro, este está contido no orçamento da própria Câmara, sobre o qual ela possui autonomia administrativa e orçamentária para gerir seu quadro de pessoal e benefícios específicos, desde que observe os parâmetros da lei de diretrizes orçamentárias e não extrapole os limites de despesa de pessoal estabelecidos em lei complementar (Art. 169 da CF). Tais benefícios



visam a valorização, aprimoramento e manutenção do poder de compra de seus colaboradores, aspectos inerentes à gestão de recursos humanos interna de qualquer Poder.

CONCLUSÃO:

Em vista da autonomia do Poder Legislativo Municipal e da expressa competência privativa da Câmara para dispor sobre a remuneração de seus próprios serviços, conforme o *Art. 15, XIV, da Lei Orgânica*, bem como a caracterização da matéria como de "economia interna" segundo o *Regimento Interno* (Art. 115, V, e Art. 123, § 1º, 'e' e 'f'), entende-se que o Projeto de Resolução n.º 15/2025 é o instrumento normativo adequado para instituir os benefícios propostos aos servidores e estagiários da Câmara Municipal. Tal medida é um exercício legítimo da auto-organização do Poder Legislativo, não demandando, por sua natureza interna, a forma de Lei que estaria sujeita à sanção do Executivo.

Este é o parecer.

Embu das Artes, 17 de novembro de 2025.

Hélio da Costa Marques

Assessor Jurídico OAB/SP 301102

Matrícula 1166

